

Cidadania e Saúde do Trabalhador

EDITORIAL*

Fala-se muito em cidadania. Mas de que cidadania estamos nós falando? De uma cidadania concedida antigamente pelos deuses e pelos reis e atualmente pelos governantes? Ou de uma cidadania enquanto atividade política que só era permitida aos homens ricos e grandes proprietários de terras? A cidadania de que falamos é aquela que foi conquistada por um processo que envolveu e envolve muitas lutas - das mulheres, dos trabalhadores, dos oprimidos, das minorias, dos grupos étnicos subjugados e de tantos mais -.

Primeiro, nas sociedades democráticas, com a participação popular na vida política e muita luta, muito sangue, muita coragem, pouco a pouco garantida nas suas “cartas de direitos”, onde ficam determinados quais são os direitos dos cidadãos. Nesse sentido, cidadania pode ser definida como “direito a ter direitos”. Direitos civis ou individuais, tais como a liberdade de ir e vir, direito à vida, à segurança; à liberdade de associação e reunião, de organização sindical e participação na política; de ser eleito e eleger através do voto.

Com a evolução das sociedades, os direitos se estenderam envolvendo aspectos econômicos e sociais - direito ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ao seguro desemprego. Mas aqui, interessa-nos o direito ao trabalho com saúde - a ter saúde no trabalho. **Na nossa “carta de direitos” - a Constituição Federal de 1988 – está garantido que a saúde é direito de todos e dever do Estado.** E, apesar de se ter o direito à saúde muito bem explicitado na nossa Constituição, o atual quadro de saúde no trabalho demonstra, segundo as estatísticas oficiais, que o Brasil continua ocupando, no panorama mundial, as

Nesta edição

Editorial – Cidadania e Saúde do Trabalhador	1
Entrevista – Raquel Maria Rigotto	2-4
Artigo do mês – Eguimar Felício Chaveiro	5
Perfil – Jaime Henrique Nascimento dos Santos (Zulu)	6
Trabalhadores Anônimos – Fatima & Camila	7
Informes	8

*"Cidadania pode ser
definida como
“direito a ter direitos.”*

primeiras posições nos acidentes, doenças e mortes no trabalho.

As catastróficas estatísticas são a prova de que estamos muito longe de conquistar o direito à saúde no trabalho. **Ou seja, não existe cidadania no trabalho! É incrível constatar que a nossa carta de direitos seja desobedecida e não garanta a saúde do trabalhador.** Tristeza. Mas, tristeza que nos impulsiona. Não é à toa falar que os direitos são conquistados na luta.

Direito não se ganha, direito se conquista!

E essas conquistas implicam num profundo empenho na organização da sociedade. Um povo é tanto mais saudável quanto melhor está distribuído o poder político entre os seus cidadãos, pois é a participação intensa e constante da sociedade organizada que garante a efetivação dos direitos. Lutar pela saúde do trabalhador significa lutar por uma sociedade mais justa e mais solidária. Lutar pela saúde do trabalhador significa lutar pelo aperfeiçoamento da cidadania. Lutar pela saúde do trabalhador é a ordem cidadã do Fórum Intersindical. ■ ■ ■

* Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador



Raquel Maria Rigotto é uma das maiores expressões na luta por direitos dos trabalhadores no tocante às relações saúde, trabalho e ambiente. Mulher guerreira que transita entre a academia e os movimentos sociais com coragem e desenvoltura, Raquel é coordenadora do Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde -, que centra sua pesquisa nos conflitos socioambientais. Embora suas atividades se concentrem mais no Ceará, Raquel é uma peregrina brasileira incansável discutindo temas como a industrialização, a carcinicultura, a indústria calçadista, os agrotóxicos, a mineração de urânio e, entre outros, a territorialização em saúde. Raquel faz parte da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e é uma de nossas inspirações para seguir no enfrentamento com aqueles que dilapidam o ambiente e a saúde da classe trabalhadora.

FIS - Porque você enfatiza as relações saúde, trabalho e ambiente?

Raquel - O debate sobre a reestruturação produtiva e suas implicações para a saúde do trabalhador, ainda nos anos 1980, levou-nos a uma ampliação do olhar para o contexto em que ela ocorria: o avanço da mundialização da economia; a divisão internacional do trabalho (e dos riscos!) conduzida pelas grandes corporações econômicas; a subordinação dos Estados, via neoliberalismo, às necessidades do mercado. Neste contexto, a questão dos modelos de desenvolvimento adotados pelos países que então denominávamos de “Terceiro Mundo” se coloca como muito relevante na determinação do processo saúde-doença da população.

Os processos produtivos, expressão dos empreendimentos econômicos fomentados pelo Estado nos territórios de vida, passam a ser analisados como fonte de riscos tecnológicos que atingem os/as trabalhadores/as e saltam os muros das fábricas, afetando também as comunidades do entorno.

O florescimento da questão ambiental na agenda política nacional e internacional nos convida a considerar, ao lado da divisão internacional do trabalho, a divisão internacional da natureza: em tempos de acumulação por espoliação, os bens naturais como a terra, as águas, a biodiversidade tendem a ser mercantilizados para manter os padrões de lucro dos conglomerados econômicos.

É o extrativismo rentista que hoje invade os territórios dos povos do Sul global para extrair das entranhas da terra a sua fecundidade e jazidas, produzindo *commodities* agrícolas e minerais, à custa de profundas alterações nos modos tradicionais de trabalho e reprodução da vida, de degradação ambiental, de contaminação local e remota do ar e das águas, de ameaça à segurança alimentar e hídrica no campo e nas cidades, de adoecimento e morte de trabalhadores/as e suas famílias, de comprometimento da vida das futuras gerações.

O movimento pela Justiça Ambiental nos alerta para as desigualdades ambientais assim produzidas: os bônus do desenvolvimento vão para um grupo muitíssimo reduzido de acionistas e seus aliados, enquanto os ônus recaem sobre os/as trabalhadores/as, moradores/as das periferias das grandes cidades, povos indígenas, comunidades tradicionais como as afrodescendentes, ribeirinhas, geraizeiras, faxinais, pesqueiras e tantas outras que buscam resistir às margens do paradigma da sociedade capitalista.

“...os bônus do desenvolvimento vão para um grupo muitíssimo reduzido de acionistas e seus aliados, enquanto os ônus recaem sobre os/as trabalhadores/as, moradores/as das periferias das grandes cidades...”

Raquel Rigotto

A partir desta resistência e da afirmação da possibilidade de outros projetos de sociedade, os *conflitos ambientais* se configuram como desafio central e fecundo para nossas práxis no campo da saúde.

Apoiados num campo de estudos transdisciplinar, podemos compreender os processos de produção e os processos de trabalho com seus riscos e impactos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as numa perspectiva de classe, que incorpora também as dimensões de gênero, etnia, raça, geração, bem como politiza a relação sociedade-natureza.

Trabalhadores e trabalhadoras, compreendidos para além de sua inserção específica num emprego ou posto de trabalho - como nos convoca a Saúde do Trabalhador - constituem uma chave central de leitura, denúncia e solidariedade para desocultar as injustiças ambientais do modelo de desenvolvimento em curso em nosso país, articulando pesquisadores/as e profissionais de diferentes áreas e contribuindo para unificar e ecoar lutas setoriais.

FIS - Como é a relação do grupo de pesquisa que você coordena com os movimentos sociais?

Raquel - Bem, o Núcleo Tramas (Trabalho, Ambiente e Saúde) se insere na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará desde 1997. Iniciamos com estudos sobre a industrialização no Ceará, depois aprofundamos o foco na saúde dos/as trabalhadores/as nas fábricas de calçados que migraram para cá nos anos 1990. Em seguida, comunidades de pescadores e marisqueiras nos pediram ajuda para compreender os impactos da carcinicultura (cultivo de camarões em cativeiro) sobre o seu trabalho tradicional e sua saúde. Estudamos também os possíveis impactos das indústrias previstas para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre o povo Anacé que lá vivia há mais de um século. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) nos convocaram para um estudo sobre a saúde dos trabalhadores em região de expansão da fruticultura irrigada para exportação na fronteira com o Rio Grande do Norte, com uso intensivo de agrotóxicos. Os mesmos movimentos também trouxeram a nós questionamentos sobre as possíveis consequências da implantação de um projeto de mineração de urânio e fosfato no sertão central cearense.

“...em que medida nossas práticas acadêmicas são socialmente referenciadas e voltadas para o interesse público?”

Estas relações com pessoas, comunidades, associações, sindicatos, movimentos sociais e entidades têm nos ensinado tanto que as denominamos *Pedagogia do Território*. Nestes quase vinte anos de trabalho, entre muitos outros aprendizados, temos compreendido de forma essencialmente concreta a responsabilidade da tecnociência na produção de contextos de riscos à saúde e à vida; os limites teóricos e metodológicos da ciência moderna para abordar a complexidade dos problemas sociais que ela contribui para criar; e a necessidade urgente de reconhecermos, valorizarmos e dialogarmos com outros saberes, especialmente os dos trabalhadores/as e populares. Têm nos levado também a questionar as instituições científicas e o próprio trabalho docente na Universidade: em que medida nossas práticas acadêmicas são socialmente referenciadas e voltadas para o interesse público?

Com estas reflexões, temos organizado nosso processo de trabalho na academia a partir das necessidades de conhecimento dos grupos sociais vulnerabilizados pelo modelo de desenvolvimento, apresentadas a nós como demandas de pesquisa. Estudantes de graduação e pós-graduação se aproximam destes territórios de conflito e, com seus sujeitos, definem os problemas de estudo e metodologias que facilitem a construção de conhecimentos. Desta forma, ressignificamos o convencional tripé acadêmico – Ensino, Pesquisa e Extensão – em processos de *co-labor-ação* junto aos territórios, que conduzem à *construção compartilhada de conhecimentos* e iluminam a *formação* de jovens docentes e pesquisadores/as. Em busca de contribuir na construção de uma ciência e de práxis acadêmicas emancipatórias, do ponto de vista político-crítico e humano-solidário.

No âmbito dos movimentos sociais nacionais, temos participado da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, além do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios e pela Vida. Através do GT Saúde e Ambiente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), estamos avançando na perspectiva de aproximar pesquisadores e movimentos sociais, a partir do II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (Sibsa), realizado em 2014, e que incluiu um Fórum de Diálogo de Saberes, em que sujeitos em luta em mais de 30 conflitos ambientais vieram compartilhar conosco seus saberes e desafios.

Raquel Rigotto

Tivemos também oportunidade de um bom diálogo com o GT de Saúde do Trabalhador da Abrasco, identificando nossas muitas possibilidades de trabalho conjunto.

O III Sibsá está sendo pensado numa construção processual ainda mais rica, em aliança com os movimentos e redes que preparam o II Encontro Diálogos e Convergências a partir de caravanas territoriais: é o “Sibsá em Movimento”.

FIS - E a questão dos agrotóxicos?

Raquel - Os agrotóxicos estão, sem dúvida, entre os maiores problemas de saúde pública do país hoje, seja pelo enorme contingente de expostos: trabalhadores/as das fábricas de venenos, da agricultura, da indústria da madeira ou das campanhas de controle de endemias, entre outros; até os moradores do entorno de empreendimentos do agronegócio e os consumidores de alimentos: todos/as nós!

A questão dos agrotóxicos consigna e exemplifica de forma clara as conexões entre os interesses dos grandes grupos econômicos e seu poder político para moldar o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, desregulamentar e flexibilizar as leis, alimentar a precariedade das políticas públicas quando se trata de garantir direitos, especialmente à saúde.

Enquanto a indústria química lucra mais de 11 bilhões de dólares por ano no Brasil e nos renova, desgraçadamente, o título de maiores consumidores de venenos do mundo, Kátia Abreu cria, apoiada em financiamentos por fundos públicos, o território do Matopiba - envolvendo 73% do cerrado do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia no projeto destruidor do agronegócio -, em detrimento de mais de 800 assentamentos de reforma agrária, de terras indígenas e comunidades quilombolas, para quem resta a alternativa infernal de se converterem em mão-de-obra para a produção das *commodities* que envenenam seus territórios de vida, saber e cultura.

Ao mesmo tempo, não sabemos dizer ao certo quantos trabalhadores e trabalhadoras se intoxicam ou morrem por agrotóxicos, seja nas empresas ou na agricultura familiar, esta vitimada pela propaganda, pela formação dos profissionais da agronomia e pela assistência técnica pública que, quando chega, é para reforçar o paradigma da modernização agrícola. Muito menos sabemos dizer a quantas andam os efeitos crônicos dos agrotóxicos - cânceres, malformações congênitas, distúrbios endócrinos e reprodutivos, doenças hepáticas, pulmonares ou renais -.

Em muitos estados, sequer temos dados públicos confiáveis sobre o uso de agrotóxicos para tentar, através das pesquisas, evidenciar as associações entre os agravos e a exposição aos mais de 500 ingredientes ativos registrados no país.

Este é também um bom exemplo da potência do trabalho conjunto entre os campos da Saúde do Trabalhador e da Saúde e Ambiente (entre outros!); no marco da determinação social do processo saúde-doença, urge revisitar a questão dos agrotóxicos na perspectiva da promoção da saúde; das vigilâncias em saúde do trabalhador, ambiental, epidemiológica e sanitária; da atenção à saúde e da educação popular. Junto com os movimentos sociais, estamos desafiados a seguir construindo o SUS que nos encantou nos anos 1980!

■ ■ ■

Raquel Maria Rigotto é médica, especialista em Medicina do Trabalho, mestre em Educação e doutora em Sociologia. É professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Saúde Coletiva.

**Conheça o Núcleo TRAMAS,
coordenado por Raquel Rigotto**

<http://www.tramas.ufc.br>



[entrevista concedida à coordenação por meio eletrônico – março/2016]

...Uma Ponte para o Mundo

Eguimar Felício Chaveiro

artigo do mês

Mariana, 8 anos, é cega. Nasceu assim. Negra, magra, pobre. Simpática. Sua irmã, Deusilene, 11 anos, enxerga muito bem, vê para três, pois tem a missão diária de cuidar de Mariana e de seu irmão Thiago, 6 anos, quando a sua mãe, apelidada de mãe solteira, negra, migrante nordestina, todos os dias bem cedo sai de sua casa na periferia urbana e caminha para diversos lugares. É diarista.

Já se sabe: os olhos do cego são as mãos, a imaginação. E o seu destino social é medido pela solidariedade. Qual será o futuro de Mariana? O que está implicado na consecução da vida da Pessoa com Deficiência (PCD) da classe trabalhadora?

Os resultados de pesquisa do grupo Cartografias Existenciais – uma ponte para o mundo – mostram que há, no Brasil atual, cerca de 15% a 20% da população com deficiência. Esses números não são aleatórios, nem decorre da essência natural do corpo, menos ainda de uma conspiração histórica de um possível pecado capital desse país católico. Há neles uma lógica social: a maior parte das pessoas que compõem o segmento denominado PCD é pobre, negra, mora nas zonas segregadas das cidades, é de sexo feminino.

Essas características nos sugerem uma reflexão: de maneira direta e indireta os problemas da Deficiência não se restringem à lesão, mas ao modo como a sociedade brasileira, fraturada social e economicamente, impede vários grupos sociais de se apropriarem de sua riqueza e a inserirem em seus territórios. Sendo assim, a maior deficiência para um sujeito é ser tolhido de participar, interagir, relacionar, conviver.

Aqui entra o trabalho como a ponte para o mundo da PCD. Original e substancialmente gerado para libertar, o trabalho pode ser a ponte pela qual o sujeito com deficiência sai da clausura da lesão para a ação participativa.

Contudo, o trabalho calcado na EFICIÊNCIA PRODUTIVISTA, organizado para gerar lucro e fundamentado no valor capitalista, gera, também, a lesão nos corpos e no espírito humano, por meio de acidentes, adoecimentos, tristeza. O paradigma da eficiência produtiva é deficiente humanamente.

Resta libertar o trabalho da EFICIÊNCIA PRODUTIVISTA para não gerar a DEFICIÊNCIA HUMANA. E fazê-lo como gesto saudável para que a PCD tenha uma vida íntegra e digna.

Mariana, 8 anos, é cega, pobre, negra, mulher, mas pode enxergar, depende de nossa visão de mundo.

■ ■ ■

“Já se sabe: os olhos do cego são as mãos, a imaginação. E o seu destino social é medido pela solidariedade. Qual será o futuro de Mariana? O que está implicado na consecução da vida da Pessoa com Deficiência (PCD) da classe trabalhadora?”

Suando em bicas para fornecer água à população

JAIME HENRIQUE NASCIMENTO dos SANTOS
[ZULU]

SINTSAMA-RJ – Sindicato dos Trabalhadores
nas Empresas de Saneamento Básico e Meio
Ambiente do Rio de Janeiro e Região

PERFIL

Jaime ou Zulu é funcionário da CEDAE [Companhia Estadual de Águas e Esgotos] há 29 anos e está como diretor do sindicato na função de saúde, segurança e ambiente no trabalho. Começou no sindicato como delegado sindical e, posteriormente, como diretor começou a estimular ações e tomar providências na questão da saúde do trabalhador.

Com a contratação de um técnico, passou a trabalhar com as questões técnicas e políticas. Observa Zulu: *“Hoje nós temos a grande preocupação de que a maior parte dos nossos trabalhadores não são amparados pelas NR (Normas Regulamentadoras), pois não existe uma especificidade para a nossa atividade.”* O trabalho da CEDAE com água e esgoto, como o próprio nome diz já demonstra o quanto é insalubre. Dentro de uma estação de tratamento de água ou de esgoto os riscos à saúde são muitos.

São muitos os casos de câncer de trabalhadores da CEDAE. As atividades, além do risco de acidentes, são realizadas pelos trabalhadores com inúmeras substâncias químicas. Tudo para que a água, principalmente no sistema Guandu, chegue limpa, límpida e de boa qualidade para que as pessoas possam beber sem medo e com segurança.

Zulu assinala: *“É um trabalho muito árduo, muito difícil, e inclusive é altamente perigoso, porque são cilindros de cloro que ficam lá e um vazamento desses não só destrói parte do sistema Guandu, matando aqueles companheiros que ali estiverem, como aqueles que moram à margem do rio sofrerão por esse vazamento.”*

Entre os acidentes de trabalho graves houve um em Paquetá com a morte de 3 trabalhadores. Dois estavam trabalhando no conserto de uma elevatória de esgoto e o terceiro foi socorrer e também morreu. Zulu relata outro acidente grave: *“A outra morte aconteceu em Sulacap. Um companheiro foi soterrado e veio a falecer. O engenheiro da época chegou a dizer para os trabalhadores botarem o corpo de lado e voltarem aos seus trabalhos. E com*

isso o sindicato foi chamado, fizemos a intervenção, procuramos a delegacia, o delegado junto com a sua equipe esteve lá, levando o engenheiro para a delegacia para prestar depoimento. Esse foi um ponto importante que nos preocupou ainda mais com a questão.” Nessas atividades os trabalhadores estão expostos ao sol, à chuva, ao vento e ao trânsito pesado da cidade. A sinalização para trabalhar é precária e um problema ainda maior é o trabalho em profundidade, pois não existe um sistema de escoramento adequado para grandes vazamentos.

“Um companheiro foi soterrado e veio a falecer. O engenheiro da época chegou a dizer para os trabalhadores botarem o corpo de lado e voltarem aos seus trabalhos”

É uma atividade realizada sem nenhuma prevenção, ocasionando o que aconteceu recentemente em Cascadura, em que o trabalhador que fazia o serviço de madrugada teve parte de suas pernas soterradas, após a ruptura da adutora. Zulu observa: *“Hoje, sempre que temos um vazamento de grande porte, ficamos muito preocupados, procurando estar próximo acompanhando o serviço, vendo como está sendo feito, se os companheiros estão equipados, se há segurança...”* Uma discussão do sindicato com a empresa é sobre o tipo de uniforme que não é adequado para o trabalho em sol a pique. Os trabalhadores suam muito e o uniforme cola no corpo impedindo a mobilidade para fazer o serviço. A luta é constante. Zulu ainda observa que frequenta o Fórum desde o início, junto com os metalúrgicos e outros companheiros das centrais. Assinala que o aprendizado é grande, possibilitando repassar o conhecimento adquirido para seus companheiros.



Trabalhadores Anônimos

Dando Visibilidade às Identidades Sociais

A orelhinha do amor

Seu nome é Fatima Silva Teixeira. Aos 33 anos de idade, embora trabalhe como técnica de enfermagem, a necessidade de complementar sua renda levou-a a buscar uma atividade extra que já vem desenvolvendo há 9 anos: **furar orelha de bebês**. Fatima, em sua moto, faz visitas domiciliares em famílias de classe média e, também, de baixa renda. Apesar de oferecer outros cuidados a recém-nascidos, como os de *babysitter*, é furando orelhas que Fatima se realiza e coloca em seu blog: **Amo o que faço!** Fatima não vê problemas de saúde em seu trabalho, principalmente porque as pessoas para quem trabalha lhe acolhem com carinho e delicadeza. Seria muito bom para a saúde do trabalhador se o trabalho feito com amor fosse gratificado e retribuído na mesma medida do amor. ■



<http://orelhinhadoamor.wix.com/orelhinhadoamor#fotoscofina>

As doulas e o passaporte para a vida



Doula é o nome que se dá às mulheres que auxiliam outras mulheres a fazer a passagem de seus bebês para a vida, com apoio emocional e físico, diminuindo seus medos e dificuldades no momento que pode ser considerado como o maior tributo à celebração da vida. Doula não é parteira e não realiza qualquer procedimento médico. É uma espécie de anjo-da-guarda desse momento tão fundamental na vida das mulheres, de seus parceiros e suas famílias. Pois o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro pretende proibir o ingresso de doulas em maternidades, com a Resolução nº 266, de 2012. Ocorre que uma resolução não pode se sobrepor a uma Lei. É o que ocorre com esta resolução do CREMERJ, que não reconhece o artigo 19-J da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 19/09/1990), incluído pela Lei Nº 11.108, de 07/04/2005. Lá está claro que a parturiente indicará seu acompanhante durante o parto. Assim, se a parturiente indicar uma doula, ela deverá ser acolhida em nome da lei e em nome do respeito às pessoas que, por amor, carimbam o passaporte para a vida. E além do mais, tanto o Ministério da Saúde quanto a Organização Mundial da Saúde apoiam o trabalho das doulas. Parece não ter fim o corporativismo médico....

Camila Grisard é uma jovem de 29 anos, pedagoga, que atua em educação infantil e desde o nascimento de sua filha, Maria Luiza, há três anos, estuda o parto humanizado. Induzida a se submeter a uma cesariana desnecessária teve depressão pós-parto e após superar essa fase decidiu ajudar outras mulheres sobre os benefícios do parto natural e os riscos da cesárea eletiva. ***“Tornei-me doula há cerca de um ano e já acompanhei partos em maternidades públicas e particulares.”*** Faz parte da equipe Doulas no Rio que promove reuniões gratuitas sobre gestação, parto, amamentação. Camila ressalta com firmeza: ***“acreditamos na mulher, no protagonismo feminino, apoiamos suas escolhas, ajudamos com informação, acolhimento e cada vez mais empoderamento. Não fazemos nenhum tipo de avaliação técnica, não realizamos nenhum procedimento médico ou clínico, não discutimos procedimentos com equipe médica, não questionamos decisões, não substituímos o acompanhante, não substituímos nenhum profissional da saúde de assistência ao parto, nossos trabalhos são diferentes e complementares.”*** Camila observa que Klaus e Kennel publicaram, em 1993, um estudo sobre os resultados da presença da doula no trabalho de parto e parto: redução de 50% de cesariana; redução de 25% na duração do trabalho de parto; redução de 30% de analgesia peridural; redução de 40% no uso de ocitocina; redução de 40% no uso de fórceps (Klaus M, Kennel J. “Mothering the mother: how a doula can help you to have a shorter, easier and healthier birth.” Hardcover). ***“No trabalho como doula sinto-me muito mais feliz. É uma alegria muito grande poder estar ao lado das mulheres no momento do nascimento de seus filhos, a alegria e a emoção do momento fazem deste um trabalho maravilhoso. Nunca estive tão realizada profissionalmente como agora. Financeiramente não posso atuar apenas como doula, mas este é um trabalho de grande alegria e realização profissional.”*** ■

INFORMES

A próxima reunião do Fórum Intersindical de Formação em Saúde - Trabalho - Direito (FIS) será no dia **29/04/2016**, de 09 às 13:00h no DIHS/ENSP - Prédio da Expansão da FIOCRUZ, localizado na Av. Brasil, nº 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro.

O Fórum é uma iniciativa conjunta de várias instituições acadêmicas, sindicatos de trabalhadores e dos Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), aberto à participação de todos os interessados nas temáticas abordadas e na luta pela saúde do trabalhador.

Nesta próxima reunião a **OFICINA TEMÁTICA** será sobre a **RENAST** (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador) e sobre os **CEREST** (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador). A oficina será conduzida pela Coordenação do Fórum Intersindical e convidados. O debate parte da pergunta: **Qual a missão da RENAST e dos CEREST?** A atividade é aberta a todos os interessados.

Textos sobre a Renast para leitura prévia**- Renast Online**

<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/rede-nacional-aten%C3%A7%C3%A3o-integral-sa%C3%BAde-trabalhador-renast>

- O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a07v10n4.pdf>

- Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast): reflexões sobre a estrutura de rede

<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v20n1/v20n1a10.pdf>

**Coordenação:**

Ana Paula Bragança (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhem Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

O Fórum pelo Brasil**Notícias alvissareiras!!**

O Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito de formação para a ação em saúde do trabalhador continua chegando em outros estados.

No final do mês de abril (dia 30) será criado o Fórum Intersindical do Estado da Paraíba. Será uma grande alegria participar desse momento. Todos os “foreiros” estão convidados. A coordenação do Fórum RJ estará lá saudando a iniciativa!!! Contamos com as adesões....

Em Goiás, as discussões sobre a criação do Fórum Intersindical estão bem adiantadas. Nosso “foreiro” Eguimar, da Universidade Federal de Goiás, junto com a equipe da universidade, e o Cerest de Goiás estão marcando um seminário de instalação...

No Maranhão, Adelany, nossa “foreira” mais longínqua, está a pleno vapor agitando o controle social e os sindicatos para organizar lá o Fórum Intersindical e também um Curso de Formação Intersindical nos moldes do nosso..



Reunião do Fórum Intersindical do dia 01/04/2016. Na frente, em destaque, agachado de azul listado, o entrevistado do Perfil: ZULU

No dia 8 de abril, teve início, no DIHS, o Curso de Formação Intersindical.

A palestra inaugural foi proferida pelo Prof. René Mendes (na foto).



Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036 sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com